

Jean Grave
Ce que nous voulons
Paris, Les Temps nouveaux, n° 72, 1914

Queremos a emancipação completa, integral do indivíduo.

Queremos a sua emancipação económica absoluta.

Mas, como para desenvolver-se, o indivíduo deve unir os seus esforços aos esforços de seus semelhantes; como há apenas o estado de sociedade que lhe permita desenvolver as suas aptidões, queremos uma sociedade onde não é mais a vontade dos mortos que domine.

Queremos uma sociedade onde o indivíduo livre de qualquer interferência, não tendo que lutar contra as dificuldades naturais, possa mover-se à vontade, associando-se conforme as suas necessidades, de acordo com suas afinidades, quebrando a associação quando é um obstáculo ou quando ela tiver terminado o trabalho para o qual foi formada, para reformar outros grupamentos, a fim de atender a novas necessidades, a novos objetivos para alcançar.

Finalmente, como o indivíduo não é uma entidade, nem um ser abstrato, como sabemos que não é apenas "o indivíduo", mas indivíduos, segue-se logicamente para nós que, para desenvolver-se livremente, de forma saudável, os direitos de todos devem ter em conta os direitos vizinhos, eles devem harmonizar-se pelo acordo e não confrontar-se.

É absurdo falar no singular dos direitos do indivíduo, enquanto é mostrado que o indivíduo isolado nunca poderia ter adquirido o desenvolvimento alcançado ao longo dos séculos, mas que teria, sem dúvida, sido incapaz de satisfazer as necessidades básicas da vida, fraco e indefeso como ele é.

Desde que tem começado, a evolução humana tem sido apenas um longo conflito de interesses e apetites opostos onde os mais fortes, os mais hábeis, os mais favorecidos, explorando a necessidade de concordância e de segurança que unia os homens em sociedade, foram capazes de impor a sua supremacia sobre o maior número, explorando-os oprimindo-os e, para garantir esta exploração, deram uma vida própria à sociedade, atribuindo-lhe uma vida própria sob a palavra, criando-lhe assim interesses antagônicos dos interesses dos indivíduos que fazem a sua existência.

De modo que a sociedade crie para que cada um, nas suas relações com os outros, encontrasse nela mais bem-estar, mais liberdade, maior quantidade de prazeres devido a um menor dispêndio de esforço, serviu só a uma minoria de parasitas que, sob o pretexto de garantir a vida, o bem-estar e a liberdade de cada um, de evitar a invasão dos uns pelos outros, de garantir a justiça para todos, tornaram-se os mestres dela, confiscando a sua vantagem todos os benefícios da associação, deixando só à grande maioria os encargos, a ignorância e a miséria.

Estruturadas como são, as nossas sociedades não são associações de homens livres e iguais, mas conflitos de interesses onde os detentores do poder e do capital impiedosamente esmagam aqueles que roubaram, onde as palavras direito, justiça, liberdade, desviados do seu significado, são apenas regras para garantir àqueles que ergueram-se como mestres a capacidade de garantir a sua dominação, a sua exploração.

Em vez de ser baseadas no acordo, na comunidade de interesses, as nossas sociedades atuais baseiam-se no antagonismo dos interesses.

O interesse dos governantes é desenvolver a sua autoridade para assegurar-se da obediência dos governados, enquanto o interesse dos governados é restringir, a cada dia, a autoridade dos governantes se não querem, um dia, ver-se completamente dominados.

O interesse do patrão é levar dos seus servos quanto trabalho possível em troca de uma menor remuneração e de uma subordinação cada vez maior, enquanto o interesse dos funcionários é conseguir um salário mais elevado para menos trabalho, mais liberdade na oficina.

O interesse do traficante é vender tão quanto caro possível, enganar o comprador sobre a qualidade dos produtos, o interesse dos parasitas que conseguiram introduzir-se como intermediários nas relações entre consumidores e produtores é fazer acreditar na realidade dos serviços que são supostos prestar e tirar disso o maior lucro.

Não há até médico e farmacêutico que não querem sua pequena epidemia, quando o negócio é baixo.

Nas administrações baseadas na hierarquia, o interesse dos subordinados é o desaparecimento dos superiores dos quais cobiçam o posto.

Até nas famílias em que os interesses dos herdeiros é de ver acontecer, prontamente, as "esperanças" que se fez entrar em linha de conta nos contratos negociados para os acoplamentos que foram mediados.

As relações entre indivíduos não são em vista da ajuda mútua, mas trocas directas onde cada um tenta "afundar" o outro.

Tudo isso, verdade, é mascarado por um verniz de convencionalismo que transforma em palavras cremosas de amor, amizade, respeito e simpatia os apetites mais ferozes; mas os papéis dos quais são sobrecarregados os tribunais nos dizem quanto o verniz é leve e que, muitas vezes, quando as "expectativas" são muito longas para se realizarem, algumas pessoas sabem como dar-lhes o impulso.

As nossas sociedades burguesas são o exemplo mais perfeito desse individualismo exagerado que, colocando o indivíduo acima das contingências, reivindica para ele os direitos mais absolutos, sem considerar os direitos dos indivíduos.

Por muito tempo as sociedades têm sido desviadas de sua finalidade; elas devem voltar para o papel para o qual foram criadas: trazer mais bem-estar, mais facilidades para o desenvolvimento dos indivíduos, mais liberdade reduzindo o tempo gasto na luta pela existência.

Para chegar a esta sociedade, resultado do acordo livre dos interessados, queremos que tudo do solo, do subsolo, edifícios, ferramentas, tudo o que é o produto da natureza e do trabalho das gerações passadas seja arrancado daqueles que se têm apropriado- os indevidamente e retorne à livre disposição daqueles que terão que implementá-los, que eles não sejam mais monopolizados por indivíduos ou grupos explorando-os a sua vantagem.

As ferramentas, especialmente, que não devem ser nem sociais, entendido no sentido de propriedade de qualquer entidade social, nem corporativos, queremos que elas estejam disponíveis para quem precisa para produzir e implementá-las por se mesmo, seja como indivíduo, ou em grupos.

Queremos, em todos os lugares, a abolição do salário, já que cada um tem a livre disposição dos produtos do seu trabalho; queremos igualmente a abolição do dinheiro ou qualquer outro valor de troca, a repartição dos produtos devendo ocorrer diretamente entre produtores e consumidores agrupados por necessidades e afinidades em que a troca de produtos se tornará uma simples troca mútua de serviços.

Queremos o desaparecimento do Estado, de qualquer governo, seja ele qual for, centralizado ou federativo, ditatorial ou parlamentar, baseado num sufrágio mais ou menos restrito, mais ou menos expandido por uma suposta representação das minorias. Todos os grupamentos colocados acima dos indivíduos tendo uma tendência fatal para dominá-los, a crescer à custa de sua liberdade.

Queremos o desaparecimento dos exércitos permanentes porque eles não têm outro objetivo do que a defesa dos privilegiados, que eles são apenas escolas de deboche, degradação e avilimento e uma ameaça constante de guerra entre os povos.

Queremos que os grupos e indivíduos mantendo-se em relações constantes entre eles regulem si mesmos, sem sufrágios nem delegações, as questões de interesse geral, como eles terão conseguido ajustar, dentro de seus grupos, as questões de interesses privados.

Finalmente, como a libertação dos indivíduos não chegará de nenhuma providência, celestial ou parlamentar, como os privilegiados só desistirão dos seus privilégios quando aqueles por eles despojados souberem os arrebatarão deles, os anarquistas reconhecem que só a revolta possa emancipar aqueles que querem superar as barreiras presentes para estabelecer uma sociedade de justiça e liberdade sobre as ruínas da sociedade de arbitrário e de espoliação de hoje.

Dado o que existe, os meios de emancipar não são à escolha de ninguém. Ao reivindicar a revolução, os anarquistas não expressam uma preferência, eles verificam um fato, sofrem as consequências de uma sociedade falseada, que são desviada da sua finalidade.

Até que o espírito de revolta cresça entre os oprimidos, até que eles percebam que se obtém apenas as liberdades que se sabe tomar, apenas as concessões que se sabe impor, enquanto se reconhece que as melhorias parciais, na atual sociedade, em que se deve viver e da qual não se pode abstrair-se, não têm valor nenhum em

comparação com a emancipação completa que cada um deve procurar, enquanto trabalha, sempre e constantemente, a preparar a revolução que, só, irá liberar os indivíduos fazendo tábua rasa das instituições de opressão e de exploração, os anarquistas reconhecem que, especialmente para os trabalhadores que, a cada dia, a cada hora, têm que defender o salário que lhes consentem os seus exploradores, que defender a sua liberdade e a sua dignidade na oficina, tem lutas por melhorias parciais para serem apoiadas - quando só seria defender o que foi adquirido ao longo dos séculos - mas que essas lutas - que os fatos impõem - nunca devem absorver todos os esforços dos indivíduos, nem fazer perder-lhes de vista a revolta geral, a única que pode libertá-los. Trabalhar para o futuro, é também uma forma de melhorar o presente.

O sindicalismo e as lutas para a defesa dos salários, a redução da jornada de trabalho ou a obtenção de melhores métodos na organização do trabalho é uma consequência inevitável da organização económica que nos governa. Esperando a revolução que deve liberá-los, os trabalhadores têm a sua vida cotidiana para defender, mas enquanto os ajudam nesta luta, o papel dos anarquistas é fazê-los entender quanto precárias são as melhorias que não diminuem o fundo mesmo do regime capitalista, já que tem que repeti-las todo dia; quanto é passageira a melhoria transitória trazida por um aumento de salário, já que estendido para cada corporação, tem como resultado de fazer aumentar o custo da vida e que a redução da jornada de trabalho em si só pode ser alcançada por uma intensificação da produção durante o horário de trabalho.

Contrariamente às alegações dos sindicalistas, o sindicalismo não é suficiente em si mesmo; por si só não representa de jeito nenhum a emancipação geral a ser perseguido por cada ser consciente. É apenas uma das fases da luta prosseguida. Admitamos que seja a mais importante, se quisermos, mas mesmo assim é apenas um lado dela.

Pois, se é urgente para os trabalhadores não deixar-se morrer de fome esperando a revolução, é também verdade que eles só obterão todo o bem-estar a que tem direito todo ser humano, toda a liberdade e o desenvolvimento a que eles devem aspirar não por reduções do horário de trabalho, ou por aumentos salariais, mas por uma transformação completa do sistema político e económico, isto é, pela revolução social.

Para alcançar esta revolução, tudo o que visa destruir ou enfraquecer a autoridade política ou económica é bom: sindicatos de operários contra os patrões, sindicatos de inquilinos contra os proprietários, grupos para obter um ensino racional da infância, ligas de consumidores contra os revendedores, a luta contra o alcoolismo, ligas - como a dos direitos humanos - contra os abusos de poder, contra a onipotência dos juizes, de resistência contra as violações da polícia, etc, etc.

Finalmente, como o rescaldo da revolução se desenvolverão apenas as formas de grupamentos que terão preparado o movimento, os anarquistas têm, desde agora, que buscar quais formas podem, desde hoje, tomar os grupos de produção com base nas afinidades e necessidades comuns.

Todos estes métodos de luta são ainda melhores na medida em que eles podem agrupar em pontos específicos indivíduos que pensam de forma diferente no conjunto, e que não é necessário tê-los convertidos a uma visão de conjunto para fazê-los trabalhar para a revolução, sendo esta última, na verdade, só a soma da insatisfação geral e não o resultado de uma ideia filosófica, por muito justa que seja. Há um perigo a ser evitado: é o espírito de particularismo que tende a fazer considerar a cada um que o seu meio é o meio por excelência e considerar os outros meios não só como insuficientes, não só como inúteis, mas muitas vezes como adversários daqueles que os usam - queremos falar dos meios que podem cooperar, sem ser a negação um do outro.

Isto é o que aconteceu aos anarquistas caídos no sindicalismo que, hoje, faz-lhes procurar o jeito de subtrair-se à propaganda anarquista, ou, como os neo-malthusianos¹, que começaram com a idéia justa de liberdade para a mulhere a evitar as maternidades "indesejadas" e, para todos os indivíduos, em geral, ter filhos apenas quanto quiserem e só quando eles estão em condições fisiológicas que lhes consentam esperar uma descendência saudável, têm chagado a erigir como dogma que, para fazer a revolução, não se deve mais fazer filhos, e fazem da questão social um problema de população enquanto é, sobretudo, uma questão de má distribuição das riquezas.

Para demolir a sociedade atual, não é necessário que todas as pancadas tenham por alvo ao mesmo tempo no mesmo ponto. Pode haver tantos pontos de ataque que tem concepções, mas os anarquistas devem sempre guiar-se na sua concepção da sociedade futura, se quiserem escapar dos desvios inerentes à importância que cada um dá aos seus próprio esforços e que rapidamente confundem o meio e a meta.

Portanto, se os anarquistas querem misturar-se com todas as lutas que visam dismantelar a fortaleza capitalista, o desaparecimento de um abuso, a correção de uma injustiça, a reparação de uma iniquidade, eles também querem manter o olho no objetivo final, a que devem tender, conscientemente ou não, todos os esforços dispersos, o desaparecimento da sociedade capitalista e a instauração de uma sociedade harmoniosa, onde o indivíduo livre da exploração e da dominação de vários parasitas poderá desenvolver o seu potencial para o seu bem maior e o de seus pares.

¹ O anarquista Paul Robin, fundador em 1896 da Liga da Regeneração humana, desenvolve ideias neo-malthusianas: inversamente da política natalista vigente, advoga a contracepção e o aborto para limitar os nascimentos.